

Corpo, terreiro e território: perspectivas e expectativas de uma afro Amazônia explorada e assediada

"Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)"

Elizangela Santos de Araújo

Núcleo de pesquisa e documentação das expressões
afro religiosas do oeste do Pará e Caribe - NPDAFRO

Instituto de Ciências da Sociedade - ICS

Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

elizangela.araujo@discente.ufopa.edu.br

Resumo

A condição da mulheres negras é marcada por extrema desigualdade, violência e exclusão dos espaços institucionais e políticos nacionais, as condições de moradia, saúde e educação são atravessadas por racismos estruturais e ambientais, as mulheres negras na sua grande maioria, são moradoras de comunidades periféricas, negligenciadas pelo poder público e esquecidas pelas autoridades. Na Amazônia, a exclusão da mulher negra é um grave marcador social. Essas mulheres estão presentes nas comunidades periféricas da cidade de Santarém no Pará, são trabalhadoras domésticas, esposas, mães, líderes comunitárias e estudantes que buscam melhores condições de vida, porém impossibilitadas de acessar espaços de tomadas de decisões que afetam diretamente suas vidas, sendo a resiliência a estratégia para permanecer nas suas trajetórias de resistência e sobrevivência, organizando-se para garantir políticas públicas necessárias para alcançar seus objetivos. Esse artigo culminará em um curta documentário audiovisual, expositivo e narrativo da trajetória de três mulheres negras afro amazônicas periféricas, mostrando suas lutas, registrando sua presença, protagonismo, memórias e ancestralidade no espaço que ocupam, espaço que foi permitido ocupar dentro do estado brasileiro e amazônica. Mulheres que são mães universitárias, mulheres que defendem o direito de exercer suas crenças, mulheres trans que buscam no ativismo o direito de ser mulher em seus corpos, em seu terreiro e em seu território.

Palavras-chave

Mulheres: afroamazônicas; periféricas

Introdução

Atualmente no território nacional, a condição das mulheres negras é marcada por muitas desigualdades sociais, sendo o corpo da mulher negra o mais excluído da sociedade brasileira. As condições de moradia, saúde e educação são atravessadas por racismos estruturais e ambientais, as mulheres negras na sua grande maioria são moradoras de comunidades periféricas, negligenciadas pelo poder público e invisibilizadas pelas autoridades competentes, como evidencia Maria Sueli Rodrigues em seu texto “Somos religião e subjetividade”. “As evidências do racismo na política no Estado-nação Brasil são muitas, incluindo aquelas instituições que são criadas para enfrentar o biopoder e acabam repetindo-o. (RODRIGUES, 2022, p. 56). Na Amazônia o quadro assemelha-se ao do resto do país, mesmo em meio a grande floresta as cidades crescem desenfreadamente contribuindo para a continuidade de um triste fato de nossa realidade social, a condição de exclusão da mulher negra.

Essas mulheres estão presentes nas comunidades periféricas da cidade de Santarém no Pará, são trabalhadoras domésticas, esposas, mães, líderes comunitárias e estudantes que buscam por melhores condições de vida, algo inimaginável para muitas delas, que esgotadas com tantos trabalhos e responsabilidades não encontram forças para mais uma jornada, sendo a busca resiliente por seus direitos o meio necessário de movimentar sua realidade, permanecem determinadas nos seus projetos de resistência e almejam para as suas filhas, irmãs e mães condições de vida melhores, muitas vezes sacrificando-se para alcançar esse objetivo. “A quase impossibilidade de vencer o que estrutura a modernidade na sua ontologia e epistemologia é que essa está na base de nossa subjetividade, dos nossos sentimentos, dos nossos desejos e nos fundamentos religiosos.” (RODRIGUES, 2022, P. 64).

Esse artigo busca compreender quais as dificuldades e desafios enfrentados pelas mulheres afroamazonidas das periferias de Santarém no Pará, analisando suas tentativas de inserção institucional (acadêmica, profissional, política), a partir da vivência de três mulheres afroamazônidas que confluem no contexto universitário, a partir das vivências de três mulheres negras da periferia de Santarém. Mulheres que exercem duplas e triplas jornadas: uma jovem mãe estudante universitária, que tenta permanecer na universidade, uma Yalorixá que atua em seu terreiro como cuidadora de filhos e filhas que buscam cura a partir de seus ensinamentos e uma cabeleireira trans e líder ativista, que através do coletivo que coordena, busca politicamente pela garantia de direitos para a

comunidade lgbti+ enquanto também é cuidadora de sua mãe idosa. Mulheres que são mães ainda meninas, mas não desistem da formação universitária, mulheres que defendem o direito de exercer suas crenças e religiões, mulheres que buscam garantias do direito de ser mulher, dentro de seu corpo, dentro do seu terreiro, dentro do seu território, de seus aquilombamentos como espaços de resistência, como pontua Ana Mumbuca no texto “Ser Quilombo”. “E é este modo Quilombo de existir que, indiscutivelmente, nos coloca na condição de ameaça para o mundo colonialista da lógica do capital” (MUMBUCA, 2022, pg. 82).

Registrando algumas nuances da sua rotina diária e os desafios que têm que enfrentar para conseguir vencer suas demandas, sem negligenciar quem são e quais suas motivações, conhecendo os lugares onde se reconhecem ativamente, sendo fundamento para aqueles ao seu redor, formando espaços de acolhimento. “Quilombo é a força das rebeldias contrárias a todas as ordens opressoras” (MUMBUCA, 2022, pg. 81). Nesses espaços se fortalecem e fortalecem os seus, deixando marcas em todos que atravessam seus caminhos, marcas da realidade árdua de suas existências e da leveza de sua vivência, numa luta ao mesmo tempo feminina e comunitária que remete ao conceito de Julieta Paredes quando afirma. “Para nós, isto é, para o feminismo comunitário, o feminismo é a luta de qualquer mulher em qualquer parte do mundo, em qualquer momento da história.” (PAREDES, 2019, pg 34).

Sendo um recorte das atuais comunidades urbanas amazônidas com suas relações e conflitos de gênero e raça, mas especialmente dos conflitos de classe marcadamente condicionantes da exclusão dos corpos negros dos espaços de poder institucionais e das opressões exercidas pelo patriarcado que atinge todos “os corpos etiquetados como indesejados” (RODRIGUES, 2022, pg 63), sejam eles corpos humanos ou não humanos, segundo Julieta Paredes:

“Estamos falando de corpo e não de gênero, ou seja: patriarcado, para nós, é o sistema de todas as opressões e violências que a humanidade e a natureza experimentam, mas esse sistema foi construído historicamente sobre os corpos das mulheres.” (PAREDES, 2019, pg. 35).

Analisando as condições ambientais dos locais onde moram e como o espaço influencia suas vidas. Evidenciar a rotina diária dessas mulheres nos fará contemplar seus mundos e suas possibilidades de vida. Acompanhando a mãe-estudante, a curandeira-Yalorixá e a cabeleireira-ativista na jornada do seu dia e nos lugares onde desempenham suas funções e atividades na sociedade e a passagem das funções que

exercem na formalidade das suas profissões para as funções que escolhem assumir em suas comunidades, nas irmandades religiosas e movimentos sociais. Compondo um mosaico de imagens e depoimentos do contexto socioambiental dessas mulheres afroamazônidas e suas aspirações.

A partir das experiências de três mulheres negras que vivenciam o cotidiano de serem mulheres afroamazônidas moradoras das periferias, compartilhando seus mundos particulares e suas aspirações para o mundo exterior, suas perspectivas e expectativas de uma amazônia cada vez mais explorada e assediada, como os corpos das mulheres negras por séculos de subjugação exercido pelo patriarcalismo no país, revelando que mesmo diante da realidade massacrante imposta às suas vivências, as mulheres afroamazonidas exercem uma matrigestão de suas famílias e comunidades reativando saberes e práticas advindos dos povos ancestrais de África e América como colocado por Stengers: “Reativar significa recuperar e, neste caso, recuperar a capacidade de honrar a experiência, toda experiência que nos importa, não como “nossa”, mas sim como experiência que nos “anima”, que nos faz testemunhar o que não somos nós.” (STENGERS, 2017, p. 11).

Nesses depoimentos encontramos o reconhecimento de suas raízes e no seu registro possibilitamos que deixem suas estratégias de sobrevivência e resistência. Na tentativa de captar sua força, impulsionadora das vidas que as cercam, em suas comunidades onde são catalisadoras de sonhos e influenciadoras diretas de transformações necessárias à melhoria das vidas que pertencem às comunidades negligenciadas pelo estado. Este artigo objetiva realizar uma análise crítica das comunidades das quais fazem parte as relatoras dos depoimentos que serão protagonistas no curta documentário audiovisual, narrando a trajetória de três mulheres negras afro amazônidas periféricas, mostrando suas lutas e dores, registrando sua presença, memórias e ancestralidade no espaço que ocupam, espaço que foi permitido ocupar dentro do estado brasileiro e amazônida.

O protagonismo das mulheres negras nos espaços comunitários, nos espaços de ensino e nos espaços de poder movimenta a sociedade para um novo projeto de nação a partir das suas vivências, mesmo ainda sendo uma sociedade marcada por desigualdades e patriarcalista, as mulheres negras estão na base dessa mudança de paradigmas sociais, que fragmentam os grupos e desestabilizam as forças necessárias para superá-los. As mulheres afroamazônidas nos permitem aprendizados de grande valor para a constituição de nossa potencialidade, inspirando mais mulheres negras a

ocuparem espaços de onde foram excluídas por tanto tempo, mas que ao ocuparem esses espaços de poder e ensino, trarão mudanças essenciais, para além de seus lares e círculos comunitários, mas também para as instituições, como observa Silvia Rivera Cusicanque:

“A noção de identidade das mulheres se assemelha a um tecido... a prática feminina tece a trama da interculturalidade, por meio de suas práticas: como produtora, comerciante, tecelã, ritualista, criadora de linguagens e de símbolos capazes de seduzir “o outro” e estabelecer pactos de reciprocidade e convivência entre diferentes.” (CUSICANQUI, 2021, pg 115).

Perspectivas de exploração e assédio

O ambiente acadêmico, assim como um bairro de uma cidade, constitui-se como uma comunidade, que reúne diferentes experiências e vivências em um espaço de compartilhamento de saberes, práticas e/ou estratégias de sobrevivência que convergem para um conjunto de perspectivas sobre os territórios que fazem parte das urbanidades amazônicas, nessa comunidade acadêmica ocorrem reuniões e encontros que confluem em demandas específicas de uma localidade ou região, que transmitem os contextos sociais das pessoas que integram os ambientes diversos e plurais que compõem o território amazônida, que muitas vezes é visto somente como uma selva pouco habitada, sem centros urbanos, com todas as suas implicações ambientais e estruturais.

Nos encontros possibilitados dentro da universidade, temos a oportunidade de (re)conhecer nos estudantes as impressões dos lugares de onde vieram e vivem, nas salas de aula, nos interesses de aprendizado e nas demandas solicitadas para eventos acadêmicos. Na cidade de Santarém no estado do Pará a universidade pública tem sido um espaço comunitário de encontro de pessoas que buscam nesse espaço compreender e analisar suas realidades e possibilidades no contexto urbano de uma cidade em constante crescimento.

Dentro da diversidade e pluralidade do contexto acadêmico, busco destacar uma categoria em especial, a das mulheres que constituem esse ambiente e como essas trazem para esse espaço um recorte de seus próprios contextos comunitários, assim como dentro de uma mesma categoria, expõe sua pluralidade como mulheres, pois vem de diferentes vivências, embora apresentem algumas semelhanças ao destacarem os desafios e dificuldades enfrentados no percurso diário de seus enfrentamentos, nas atividades acadêmicas, profissionais ou dos coletivos que fazem parte, buscando

resoluções para questões básicas como saúde, educação e segurança para suas famílias e comunidades.

Assim, somos levados a identificar no cotidiano das mulheres afroamazônidas suas potencialidades como gestoras e agregadoras de conhecimentos para engendrar resoluções necessárias em seus territórios e ampliar suas possibilidades dentro do contexto urbano das sociedades amazônicas. Na realidade das mulheres afroamazonidas alguns dos aspectos mais visíveis estão relacionados com suas condições socioeconômicas, que assim com analisado por Sueli Carneiro no maior centro urbano do país, a cidade de São Paulo, evidencia-se as desigualdades e discrepâncias das oportunidades de acesso e permanência das mulheres negras nas instituições de ensino e mercado de trabalho e impulsionamento desse grupo a trabalhos que requerem mão de obra menos qualificada, pois são os espaços permitidos para o grupo das mulheres negras a nível de território nacional, segundo Sueli Carneiro:

“Se os níveis de educação são indicadores do potencial de cada grupo racial quanto à alocação na estrutura ocupacional, os dados apresentados sobre a situação educacional da mulher negra permitem antever suas perspectivas no mercado de trabalho, bem como as condições materiais de existência a que se acha submetida.” (CARNEIRO, 2019, P 22).

Sendo a questão descrita anteriormente, um marcador condicionante dos processos que as mulheres afroamazônidas passam ao buscarem mobilidade social, condicionantes do espaço que ocupam dentro do ambiente urbano atual. Porém, esses mesmos territórios são espaços de organização e formação de coletividades que expressam suas aspirações e expectativas com relação às demandas que almejam alcançar, no mesmo estudo sobre a mulher negra, Sueli Carneiro destaca como que exatamente nesses mesmos lugares para os quais a população negra foi impelida encontram-se a proliferação de estratégias de sobrevivência, apesar do condicionamento de lugar:

“Embora o presente estudo não possua uma abrangência que possibilite detectar a situação da mulher negra em outros aspectos inerentes à sua sobrevivência, há de se concluir ou inferir sobre a precariedade quanto a saúde e habitação da população negra no Brasil, dispersa no trágico percurso da senzala à favela na periferia das grandes cidades.” (CARNEIRO, 2019, P 55).

Nos espaços da periferias das cidades estão concentrados um grande número de pessoas afrodescendentes, nas periferias de Santarém esse quadro se reproduz, evidenciando que a amazônia também é afro, pesarosamente também em um aspecto estarrecedor, o da exploração do trabalho e do assédio das instituições que deveriam aceder às pluralidades da população. Os espaços políticos da cidade de Santarém também refletem um padrão nacional, apesar do aumento da inserção de mulheres na política, esse ainda é um espaço marcadamente ocupado por homens brancos e com um número mínimo de mulheres brancas, as mulheres afroamazonidas permanecem relegadas aos espaços comunitários de associações de bairro ou da agricultura familiar e aos coletivos de grupos minoritários. Contexto inalterado devido a falta de representatividade de mulheres afroamazonidas nos espaços políticos, onde poderiam destacar suas especificidades, havendo somente um caminho para a alteração desse quadro como afirma Rocha Teixeira:

“A transformação das estruturas sociais que reificam relações de subordinação, características da nossa sociedade profundamente injusta e violenta, só se dará quando tivermos mais mulheres pretas e indígenas em posição de poder, não só a começar da sua inclusão em níveis mais altos do sistema educacional ou na inserção no mercado formal de trabalho como formas de se obter autonomia econômico-financeira e outras oportunidades reais de desenvolvimento pessoal, mas mais especificamente, do empoderamento coletivo a partir da assunção de cargos de poder político.” (DA ROCHA TEIXEIRA, 2023, P 409).

Apesar da colocação acima, o acesso e a permanência de mulheres nos espaços públicos de poder ainda apresenta muitos obstáculos, para as mulheres negras esse fator é ainda mais cruel, pois como vimos antes neste artigo, outros fatores pesam sobre essa condição, como as dificuldades no percurso educativo, de trabalho e carreira. Porém nos movimentos e coletivos da cidade podemos observar uma interação na busca por demandas que perpassam as interseccionalidades das mulheres das periferias, mulheres que trazem consigo fatores sociais de gênero, raça e classe.

Grupos que dependem inteiramente das articulações e apoio mútuo de seus integrantes para progredir em seus interesses e demandas, caso contrário enfrentam dificuldades e obstáculos acometidos por organizações consolidadas, tornando ainda

mais difícil a ascensão das mulheres afroamazonidas na política municipal, principalmente quando na sua maioria, enfrentam duplas ou triplas jornadas no trabalho, no estudo e gestão familiar. Algo evidenciado por Da Rocha Teixeira no seu estudo sobre a trajetória política de uma mulher afroamazônida, ao concluir:

“Para se manter na política, uma mulher racializada depende do suporte dos movimentos de base que defendem consigo a igualdade racial e a justiça social e que acreditam - e se emocionam com – suas lutas e liderança. Além disso, a construção da carreira política de uma mulher preta e mãe depende não só de uma rede de apoio familiar, como da aliança entre mulheres no poder para a garantia de sua saúde física, mental e relacional.” (DA ROCHA TEIXEIRA, 2023, P 422).

A trajetória política para as mulheres brasileiras tem sido um longo e contínuo processo de demandas conquistadas uma após outra, porém ainda distante do ideal almejado pelas mulheres afroamazonidas, principalmente por aquelas atravessadas por desigualdades múltiplas, situação agravada nas periferias das cidades, onde há necessidades mais urgentes. Necessidades como moradia, segurança e saúde, constituindo-se essas as prioridades demandadas pela maioria das moradoras de periferias, ficando para segundo plano outras demandas como educação, carreira e política. Para que as mulheres afroamazonidas almejem a inserção na educação superior, acesso ao mercado de trabalho, independência financeira e ainda participem ativamente das atividades e ações políticas da cidade, necessitam antes da segurança alimentar de suas famílias e estabilidade dos núcleos comunitários que as envolvem.

Fatores que evidenciam ainda mais as problemáticas envolvendo a ausência de mulheres negras nas instituições públicas de ensino e políticas. Porém, esse contexto apresenta um paradoxo, os espaços dos quais as mulheres afroamazonidas são excluídas são exatamente as instituições necessárias para as transformações das desigualdades enfrentadas por esse grupo, que busca outras formas de organização e mobilização social, porém sem deixar de tentar inserir-se nos espaços institucionais mesmo que diante de obstáculos persistentes quanto a sua presença como um corpo que não deveria estar ali (RODRIGUES et al., 2022). Nesses espaços, mesmo que indesejados, promovem movimentos que se propagam pela ousadia de seu enfrentamento e mudanças pelo incômodo de suas palavras e atitudes, que destoam do discurso formalizado e estruturado para mantê-las distantes das possibilidades do seu potencial.

Esse ser afroamazônida...

No imaginário amplo do território brasileiro ainda hoje configura-se um ser amazônida estereotipado, com estereótipos construídos pelo colonialismo, do indígena cristalizado no tempo, como um selvagem que não presenciou em sua cultura mudanças e adequações no espaço-tempo, assim como configura-se o espaço amazônida como uma densa floresta com poucos ocupantes, isenta de grandes cidades e suas inúmeras complexidades. Porém o que muitos estudos apresentam atualmente é um território amazônico perpassado por múltiplas correntes migratórias e encontros de povos que apesar de misturarem-se, constituindo o que hoje é a população desse lugar, têm suas especificidades como grupos diversos e plurais.

Sendo no percurso histórico das relações de poder exercidas pelo imperialismo, que conceberam-se nomeações para os povos, negando suas origens e invisibilizando suas identidades. Negando sua presença no território amazônida, nomeando pessoas como “morenas” ou “caboclas”, negando mesmo que possa haver uma população negra na amazônia, quando esse foi um território extremamente explorado pela ambição mercantilista/capitalista que considera territórios e pessoas mercadorias com os quais sempre poderá obter lucro e para isso nega às pessoas e lugares uma identidade, estruturando as relações como positivas e negativas (PINHEIRO; RODRIGUES, 2021). Como as autoras explicitam no seguinte texto ao nos atentar para as especificidades da população amazônida e como se configurou o quadro de relações de poder envolvendo as raças no estado do Pará no período colonial:

“Todas essas políticas coloniais proporcionaram diferentes encontros que tornavam a classificação por raça/cor cada vez mais confusa. O que não era confuso para ninguém e isso pode ser visto na cor das pessoas que ocupavam os espaços de poder, era quem poderia ou não estar em posições e espaços de privilégio. Ainda que tipificar fosse difícil, nas desigualdades da vida cotidiana era explícito quem era branco e quem não era. Os não brancos compartilhavam a margem em maior ou menor medida.” (PINHEIRO; RODRIGUES, 2021, p. 122).

Esse panorama sobre a identificação da população negra amazônida segue um longo percurso, porém necessário diante de novas tentativas de negação e invisibilização da diversidade de vozes que ocupam este território, vozes que muitas vezes não se reconhecem por enxergar em si as características necessárias para enquadrar-se numa categoria que sofre diretamente o preconceito e racismo, ou

simplesmente não querer tomar para si o peso da autoidentificação e todas as acusações por ser de um lugar onde se criou o estigma de um lugar que não corresponde aos padrões coloniais de uma elite, que acostumou-se aos privilégios estabelecidos, idealizado por aqueles que, por ocuparem os espaços de poder, querem sempre definir o outro. Pois para muitos:

“A população da Amazônia ainda é lida e definida em relação ao espaço, tendo sua subjetividade impedida pela mesma representação que sustentou e sustenta lógicas de exploração em nossa região: quem vem de fora detém o direito de definir quem somos, o que temos e o que é melhor para nós.” (PINHEIRO; RODRIGUES, 2021, p. 133).

Esse aspecto de exploração e assédio na definição do que e quem se é se repete nas cidades do oeste do Pará, intensificando-se quando as cidades crescem e instituições se estabelecem, em tentativas recorrentes grupos plurais em territórios comuns, buscam uma homogeneização violenta que abre cicatrizes difíceis de curar, causando reações de defesa, como a criação de definições próprias e grupos de acolhimento onde os afroamazônidas possam fortalecer-se suas lutas e demandas, pois por muito tempo lhes foi negado o direito de definir-se como se reconheciam, pois a sua memória ancestral havia sido apagada.

Na realidade do oeste do Pará essas identidades são suplantadas pelas definições impostas em outrora, quando tentou-se subjugar os grupos não brancos as marginalidades, porém a cada movimento que nasce aos poucos as cortinas e máscaras que antes pareciam necessárias se tornam marcas dolorosas de um histórico com o qual não podemos mais pactuar. Por todos esses pontos faz-se emergente que se fortaleça as definições que de fato representam a pluralidade dos grupos para seja por estes grupos reconhecidas como suas e que alcance suas expectativas ao expressar suas especificidades, ao que Pinheiro e Rodrigues nos destacam, chamando para refletir sobre o seguinte:

“É por isso que, aqui, a identidade afroamazônida vem sendo construída há tempos pelo movimento negro nessa região, e cada vez mais se consolidando como categoria identificatória... Essa necessidade de afirmação regional acontece para que sejam marcadas as condições específicas da intersecção entre a identidade racial e a identidade da região que constrói essa terceira identidade híbrida, um ser afroamazônida...” (PINHEIRO; RODRIGUES, 2021, p. 134).

Ainda pensando em especificidades, temos nas comunidades de Santarém-PA, assim com nas periferias espalhados em todo o país, o surgimento de movimentos que destacam-se por suas demandas voltadas aos grupos e contextos específicos de cada comunidade, porém assim como temos comunidades com características semelhantes em o estado brasileiro, observamos características dessemelhantes nas comunidades periféricas de Santarém, mas algo que nunca se diferencia são os grupos de pessoas mais atingidos pelas desigualdades e injustiças sociais e ambientais, sendo sempre as mulheres negras, afroamazonidas no contexto de Santarém, que experimentam os processos excludentes e violentos das aglomerações urbanas.

Porém nesses espaços de marginalização formam-se associações e organizações que atendem mais diretamente os empasses das periferias, como falta de infraestrutura, cuidados a saúde e precariedade da educação, todos esses fatores que uma vez que atingem a população contribui para a continuidade das opressões e explorações, pois sem os serviços essenciais para criar seus filhos e filhas as mulheres afroamazônidas permanecem a ocupar espaços de trabalho exaustivos e suas crianças acabam por acompanhar as mães deixando os estudos pela necessidade de ajudar nas despesas da família. Fatores que contribuem para o surgimento de resistências que se formam para combater tais injustiças, segundo Gonzalez:

“O desenvolvimento e a expansão dos movimentos sociais, na segunda metade dos anos setenta, propiciou a mobilização e a participação de amplos setores da população brasileira, no sentido da reivindicação de seus direitos e de uma intervenção política mais direta. No caso da população negra, vamos encontrá-la sobretudo no Movimento Negro e no Movimento de Associação de Moradores nas favelas e bairros periféricos (ressaltando-se aí, o papel e a importância do Movimento de Favelas).” (GONZALEZ, 1984, p. 6).

Dessas necessidades essenciais, o trabalho torna-se parte considerável das aspirações das mulheres afroamazônidas, especialmente por suas dificuldades em conseguir ocupar espaços de trabalho mais valorizados em setores que exigem maior qualificação, engessados pelo monopólio de grupos privilegiados, particularmente grupos de homens e mulheres brancas, que ocupam a maior parte ou totalidade de vagas nos setores públicos e privados, relegando as ocupações menos remuneradas e que exigem menor qualificação as mulheres que pertencem a grupos atravessados por categorias de raça, gênero e classe.

Resta para as mulheres afroamazônidas ocupações consideradas de menor prestígio para as classes abastadas, como ocupações domésticas e rurais, sendo essas ocupações tão dignas quanto qualquer outra, porém intensamente desvalorizadas, por considerar-se haver pouca necessidade de estudo para sua execução, deixando de lado os conhecimentos adquiridos e transmitidos pelas mulheres que executam tais trabalhos com singular habilidade, pois exercem os mesmos cuidados em sua casa para sua família, muitas vezes cultivando a própria alimentação. Apesar de no contexto atual de aumento das cidades na Amazônia, observar-se a mudança dessa realidade que possibilita a atividade de cultivar seu próprio alimento, devido a diminuição dos espaços públicos que tornam-se privados pelas atividades de especulação imobiliária. Num processo contínuo de substituição de um tipo de exploração por outro, como destacou já há algum tempo Beatriz nascimento:

“A mulher negra, elemento que expressa mais radicalmente a cristalização dessa estrutura de dominação, vem ocupando os mesmos espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. Dessa maneira, a “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não mudou muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos nas áreas urbanas, em menor grau na indústria de transformação e que permaneça como trabalhadora nos espaços rurais.” (NACISMENTO et al., 2019, p. 261).

Todos esses fatores contribuem para que, em contextos amazônicos as mulheres negras, estejam envolvidas em um ciclo que as mantém em empregos desvalorizados com carga horária excessiva, impossibilitando que tenham sequer tempo para frequentar o ensino superior, pois mesmo que consigam concluir o ensino médio, necessitam inserir-se no mercado de trabalho mais cedo para que tenham acesso a prioridades como alimentação e moradia. Há que se considerar, que as mulheres negras exercem, na maioria das vezes, a chefia de suas famílias, sendo as responsáveis diretas pelo sustento da casa e das pessoas sob sua responsabilidade, como filhos, pais ou mesmo irmãos, considerando que o estado do Pará tem mais de 70% da população feminina composta de mulheres negras (MARCONDES, 2013), e analisando as condições socioeconômicas das mulheres negras em território nacional, constata-se a reprodução das desigualdades sofridas por esse grupo nas mulheres afroamazônidas.

Outro fator cruel que se constata na população de mulheres afroamazônidas é a vitimização sofrida no ambiente familiar, por violência física, psicológica e patrimonial,

onde a vítima dificilmente encontra apoio estatal para acompanhá-la e garantir os seus direitos judiciais, mesmo com mudanças consideráveis nas políticas públicas direcionadas às mulheres negras no contexto nacional. Na Amazônia muitos fatores de desigualdade econômica ainda colaboram para que as mulheres dessa população permaneçam excluídas das instituições de ensino superior, caminho primário necessário para possibilitar a mobilidade social dessas mulheres a um mercado de trabalho mais valorizado, que favoreçam sua independência das convenções estabelecidas pela sociedade. Apesar do crescimento continuado das cidades amazônicas, os investimentos na infraestrutura desses espaços é ainda muito precário e não corresponde sequer ao do resto do país, mesmo esse não sendo exemplar, o que adiciona uma desvantagem a mais na condição das mulheres afroamazônidas. Sendo uma dessas infraestruturas a construção de escolas nos bairros periféricos da cidade, agravante para a manutenção do status de pobreza da mulher negra, segundo Beatriz Nascimento:

“Como a educação é um requisito para acesso às melhores condições na hierarquia de empregos, deduz-se que as populações de cor e as mulheres brancas não estariam capacitadas para assumir os empregos de maior status, conseqüentemente, maior remuneração. Nesse contexto, a mulher têm possibilidades menores que qualquer um outro grupo social.” (NASCIMENTO et al., 2019, p. 262).

Vozes afroamazônidas

Esse artigo tem o objetivo de evidenciar e visibilizar as vozes afroamazonidas das periferias de Santarém no estado do Pará, a partir de vivências que confluem no espaço acadêmico da universidade federal, que trazem consigo as experiências das relações do lugar que habitam. Foi nesse lugar de busca de transformações sociais, que a instituição de ensino se configura, onde foi possível tomar conhecimento das explorações e assédios que ainda em tempos atuais, fazem parte da rotina das mulheres afroamazônidas moradoras das comunidades periféricas da cidade.

Visibilizar antes de tudo é olhar com mais atenção para o que está ao redor, os movimentos que acontecem no espaço acadêmico, mais intensamente após a concretude de ações afirmativas e políticas públicas de acesso e permanência de corpos que antes não possuíam representação nesse espaço, trouxeram para dentro da universidade as mulheres afroamazonidas e suas demandas, que são diversas e plurais, assim como suas vivências. Foi dentro do espaço acadêmico que foi possível conhecer as três mulheres

que se tornaram inspiração para esse estudo a partir das representações que trazem para o debate acadêmico, sendo uma jovem mãe que enfrenta as dificuldades de conciliar a maternidade com os estudos no ensino superior, uma yalorixá que recebe em seu espaço muitos estudantes da universidade que buscam acolhimento e cuidados, sendo uma convidada constante em eventos e rodas de conversa dentro da instituição, ressaltando a importância da religião de matriz africana nesse contexto, e uma mulher trans que lidera um coletivo que busca políticas públicas e garantia de direitos da comunidade lgbtqi+ e para mulheres dentro e fora do espaço acadêmico. Mulheres que têm em comum o ser afroamazônida, e a busca por se manter em espaços que constantemente as tentam excluir.

A partir de alguns encontros e conversas onde compartilharam suas vivências, elaborou-se o projeto de mostrar os depoimentos dessas três mulheres em um curta-documentário contemplado pelo edital da Lei Paulo Gustavo, que encontra-se em processo de execução com lançamento previsto para o segundo semestre de 2024, surgindo também a proposta de autoria deste artigo, para contextualizar e aprofundar a pesquisa para um aporte acadêmico, nas páginas seguintes será apresentado um pequeno recorte de uma das entrevistas feitas com as protagonistas do documentário, onde falam sobre ser afroamazônida e como vêem sua situação no cenário social de Santarém no oeste do Pará.

Sara Marinho é estudante do curso de Antropologia na Universidade Federal do Oeste do Pará, ingressou na universidade no ano de 2021, devido a maternidade necessitou trancar o curso por um semestre para dedicar-se aos cuidados com a filha, retornando a rotina acadêmica em 2024, encontra dificuldades para conciliar os horários da creche com horários de aulas e a pesquisa no projeto de iniciação científica, nos trechos a seguir, Sara nos fala sobre sua vivência como uma mãe que sofre os desafios de ser uma mulher, dentro e fora da universidade e como se identifica como afroamazônida:

“Para mim, o termo afroamazônida, ele representa a presença da África no território amazônico diretamente. Acho que é isso, é a junção do que aconteceu, do resultado que aconteceu na colonização também, que foi meio que uma junção involuntária, mas acabou acontecendo. Então, pra mim, a afroamazônida remete a essa junção. E posso dizer que sim, me considero uma afroamazônida, tanto geneticamente, ancestralmente, e territorialmente, né? Território também, posso me considerar.”

Para Sara, assim como para muitos afroamazônidas é vívida a memória dos acontecimentos e injunções ocorridas no período de colonização do território brasileiro, sua ascendência traz como resultado sua existência nesse contexto amazônida, que passa por um processo contínuo de entendimento e reconhecimento de si mesmo, reconhece o território amazônida como esse lugar ocupado por seus ancestrais ao qual tem pertencimento e no qual enxerga suas origens vindas de além mar. Nas palavras a seguir Sara compartilha como as estruturas criadas pelo sistema de colonização atingem diretamente suas possibilidades de vida e mobilidade social:

“Como percebo as explorações, assédios sofridos pelos amazônidas em Santarém? É incrivelmente gritante, né? Os assédios na questão principalmente do trabalho, porque da saúde e da educação também né, porque tem uma certa deficiência, mas eu acredito como afroamazônida que, na questão do trabalho na cidade, tem muita barreira, muitas barreiras. Se você não tem uma boa aparência para as pessoas, você não vai agradar, você não é capaz de ficar naquele cargo. Se você não tem contato com alguém mais influente, você não está qualificado para aquele cargo, por mais que você se capacite, por mais que você se... não sei, de alguma forma tenha mais... tenha que correr mais atrás. Você não é chamado para as vagas, você tem que ter um perfil, e esse perfil geralmente não é de afroamazônida, não é de gente preta, sabe? E eu acho que é muito dolorido isso. Infelizmente, para a galera periférica, assim, é mais difícil as coisas. E eu mesma já passei muito por isso. Muitas portas fechadas por isso, e quando eu via minhas concorrentes, elas tinham esse perfil, sabe? Então foi mais uma questão que eu observei pessoal. Na questão da saúde, da educação, eu acho que há também várias barreiras, mas as pessoas aos poucos estão conquistando mais espaço, né? Através também das cotas e tudo mais, foi de grande ajuda para a inserção das pessoas mais da periferia, para poder competir mais de certa forma. Só que no trabalho eu acho que é muito gritante isso por experiência própria.”

As marcas e cicatrizes apresentadas por Sara em seu depoimento, revelam como o mercado de trabalho é esse sistema esmagador e cruel para as mulheres atravessadas pelas intersecções de gênero e raça, constituindo-se em um percurso doloroso que leva muitas mulheres a não enxergarem-se como pessoas de direito aos espaços de trabalho, reconhecendo a precariedade do sistema de saúde e educação, apesar de enfatizar que ações afirmativas e políticas públicas têm sido boas ferramentas para a inserção das afroamazônidas no meio acadêmico, destaca que no meio profissional pouca coisa tem mudado com relação aos privilégios que um grupo tem sobre outros. No trecho a seguir revela suas expectativas sobre as possibilidades de vida das mulheres afroamazônidas:

“Minhas expectativas quanto às possibilidades da vida das afroamazônidas de Santarém. Bom, eu acredito muito no potencial das afroamazônidas santarenas. Ultimamente eu tenho visto muitas mulheres negras, indígenas, empoderadas. E eu acredito que isso é um espelho muito, muito necessário, muito forte para que as pessoas deixem essa baixa autoestima que nos foi imposta desde a colonização, tentando nos inferiorizar e nos inferiorizando sempre. E essa tomada de autoestima, de identidade, tanto negra quanto indígena, ela é muito importante e trazendo para a área da

antropologia, ela é revolucionária porque pessoas negras com suas histórias de vida, pessoas indígenas com suas histórias de vida, tem muito a contribuir com a sociedade. E acredito que também é uma forma de mostrar a sua presença, que aquela pessoa tá ali existindo, lutando e encara essas causas que com um pouco de educação e respeito podem acabar, só que elas precisam ser vistas, precisam dessas oportunidades, desses lugares, ocupar esses lugares, dar a voz ser a voz, convidar mais e mais para somar, acho que é isso, isso esse envolvimento mesmo eu acredito também que o acolhimento ele é muito importante também né, porque por experiência própria, eu tenho uma filha de um ano, bebê ainda e uma estrutura também seria bem interessante para gente poder tá mais presente na universidade, produzir um pouco mais né, podendo ter um espaço, como já foi discutido na nossa universidade por exemplo, seria ótimo e teria muito a agregar, enfim acho que essas demandas, reunir mais mulheres, essa idéia que tu tá tendo é muito, muito interessante, essa retomada, esse olhar delas pra elas é muito legal isso falta ainda, falta um pouco... e organizar as mulheres, dar informação para elas, fazer com que chegue a elas, principalmente as mais vulneráveis né, são as negras periféricas que sofrem no dia a dia essa escassez de trabalho para elas, embora tenha, mas elas nunca estão no perfil desejado, então isso é muito triste, fazer valer o seu próprio conhecimento, talvez empreender com essas mulheres é muito bonito quando a gente vê um coletivo de mulheres empreendendo, que tem, que ela mesmas podem produzir e podem vender e se manter e manter suas famílias, porque muitas vezes elas são a fonte de renda principal da família, então acho que isso ajuda muito, muda a vida das pessoas.”

No trecho acima Sara demonstra seu dilema como mãe e estudante, destaca a necessidade de uma estrutura nas instituições de ensino que possa acolher as crianças para que as mães possam exercer a pesquisa científica com maior produtividade e a necessidade de maior organização de coletivos que atendam as questões relacionadas às mulheres, especialmente aos meios de subsistência e independência financeira por chefiar suas famílias.

Adiara Pereira é uma mulher trans negra, moradora do bairro da Conquista em Santarém, lidera um coletivo intitulado “Vozes da diversidade”, que tem por objetivo promover, defender e garantir políticas públicas voltadas para a categoria lgbti+, porém também promove ações e atividades voltadas para as mulheres e jovens moradores dos bairros periféricos da cidade. Adiara têm feito também um trabalho dentro da universidade federal na comissão de diversidade, onde luta por garantir direitos como formações para atendimento e acolhimento do grupo lgbti+ e cotas para o grupo trans, objetivo alcançado no primeiro edital de seleção de alunos para o programa de pós graduação de antropologia e arqueologia da universidade. O que Adiara nos fala sobre ser afroamazônida:

“Entendo que ser uma afroamazônida vai além de uma melanina, é uma resistência de superação dos desafios sociais. Me sinto sim uma afroamazônida pela cor e ser uma pessoa determinada em prol de justiça social.”

Adiara revela sua preocupação com a garantia dos direitos das pessoas em vulnerabilidade social e dedica seu tempo entre os cuidados com sua mãe idosa e as atribuições com o coletivo, destaca que os corpos excluídos das instituições de poder estão presentes nas periferias onde são silenciados e negligenciados pelas instâncias de poder da cidade. Abordando com ênfase essa distinção entre quem pode ser ouvido nesses setores, quando observa:

“Percebo o assédio como uma violação de direitos humanos e pouco espaço de escuta para coletar as demandas que esses corpos sofrem em seus territórios, na perspectiva de serem inseridos nas políticas públicas.”

Para as expectativas de vida que apresenta revela a necessidade de ampla participação da comunidade santarena na busca por melhorias, para que as instituições e sistemas acolham e incluam toda a população em sua diversidade e pluralidade, confiante na capacidade das vidas afroamazônidas e no potencial que essas têm de transformação para uma sociedade mais igualitária e com menos iniquidades (MARCONDES, 2013). Ao que Adiara pontua no trecho a seguir, que traz seu interesse nas estratégias políticas para acessar direitos:

“Espero que não seja papel apenas do poder público em todas as esferas sociais. Mas que a sociedade civil organizada tenha ciência da valorização e reconhecimento dos valores e potenciais para ocupar qualquer cargo ou função politicamente e democraticamente.”

Yá Dandassí é uma yalorixá que coordena o espaço Ilé Asé Oyá Onira, terreiro de candomblé que fica próximo a universidade e tem muitos dos estudantes como adeptos, presença constante no meio acadêmico como convidada de eventos e palestras, evidenciando a relevância que têm a religiosidade de matriz africana no contexto santareno, especialmente para as mulheres afroamazônidas, que buscam suas orientações para enfrentar as lutas diárias e o conforto espiritual dos orixás para suas vidas. Yá Dandassí compartilha no trecho a seguir como se enxerga afroamazônida:

“Sim, me considero a partir do momento em que me encontrei e me reconheci como afro descendente em meio a mulheres guerreiras que já lutavam pelo seu espaço, tendo como exemplo minha mãe e Yalorixá, Yá Obasylê. Desde pequena vejo a sua luta para conquistar seu espaço e direito em meio há pessoas que faziam de tudo pra que isso não acontecesse, sendo ela a primeira a abrir uma Casa de Nação em Santarém, e, quiçá no Estado do Pará. Criei forças e tomei pra mim, abracei essa causa, dando continuidade até hoje. Busco ainda mais desbravar esse mundo conhecido e desconhecido, sou Afroamazonida quando reconheço a junção de todas as raças que têm mulheres como nós, que sofrem preconceitos por serem desbravadoras de suas próprias vidas.”

Traz a luta das mulheres em suas palavras e na vivência de sua mãe, que desbravou um território para manter viva a memória ancestral de um povo, enfrentando obstáculos e desafios direcionados às religiosidades afro diaspóricas, destaca sobre essas dificuldades a seguir:

“Percebo quando tudo vem como preço em troca de barganhas. Para que sejamos realmente conhecidas e reconhecidas, não tenhamos que nos sujeitar a nenhum assédio por sermos mulheres afroamazônidas. Estamos buscando e lutando por nossos lugares. Porém, sinto que ainda somos muito assediadas, especialmente quando nos olham com olhares que nos desnudam para que a gente se sinta objetos de usos, principalmente quando acham que precisamos ser colocadas onde sabemos que não são nossos lugares.”

Apesar da dureza das barreiras impostas por um sistema preconceituoso, Yá Dandassí, lembra que é preciso persistir na busca de outras possibilidades, sendo uma figura inspiradora para as novas gerações de mulheres afroamazônidas, que buscam as transformações necessárias para uma vida digna, onde tenham seus direitos garantidos e respeitados pela sociedade, em todos os setores, organizando-se em prol de pautas e demandas emergentes em suas vidas. Destacando a relevância das vozes das mulheres afroamazônidas:

“Eu continuo minhas lutas por melhorias do reconhecimento afrodescendente para a vida de cada uma de nós, mulheres afroamazonidas. Que tenhamos mais vez e voz. Possamos realmente fazer a diferença e fazer acontecer. A luta é contínua. Já temos muitas vitórias, porém, a garantia dos direitos da mulher afroamazônida é uma luta árdua e diária. Para isso, é fundamental que todas se coloquem firmes, certas das suas convicções, busca de grandes ideais, daquilo que só faz o bem para a vida de todos em sociedade, um mundo melhor.”

Considerações finais

Antes do desafio de ingressar no mercado de trabalho as mulheres afroamazonidas necessitam superar o desafio de ingressar no ensino superior, em instituições que estabelecem barreiras para o acesso e permanência, por serem mulheres que são mães e cuidadoras de seus lares. As instituições de ensino da cidade de Santarém, na sua maioria, ainda não possuem espaços de apoio para essas mães e suas crianças, porém possuem programas de ensino com carga horária integral, dificultando ainda mais a permanência das mães que não conseguem conciliar seus horários com os das escolas e creches dos filhos o que as leva muitas vezes a suspenderem os cursos para retornar em um momento mais propício, porém o retorno se torna difícil, quando não há estímulos de acolhimento.

Para as mulheres que possuem uma estrutura familiar estável, apesar das dificuldades e necessidades das comunidades periféricas, a permanência na universidade é mais viável, por terem uma rede de apoio em torno de si, geralmente pais e/ou mães solo que conseguiram alcançar um nível de escolaridade maior, porém esse não configura o caso de outras estudantes que percorrem uma trajetória árdua para ocuparem o lugar do ensino e conseguirem alavancar uma carreira e mobilidade econômica, melhorando assim, sua condição de vida e de suas famílias.

O mercado de trabalho sendo outro sistema esmagador das mulheres afroamazonidas, com seus dispositivos de racialidade (CARNEIRO, 2023), em forma de preconceitos e racismo, exigindo de pessoas que não se encaixam nos padrões estruturais, compensações a níveis de especialização educacional, para serem valorizadas e incluídas em setores extremamente hierarquizados e monopolizados pela ordem social vigente. Políticas públicas que possibilitem a inclusão e valorização da mulher afro amazônida ainda são muito necessárias, porém o espaço político se configura como um terreno muito excludente das mulheres afroamazonidas, principalmente pelas dificuldades enfrentadas na educação e inserção profissional, no entanto o espaço acadêmico observado demonstra que movimentos estão acontecendo para a transformação da comunidade santarena a partir da base de mulheres que buscam seus direitos e melhores condições de vida, movimentando os espaços que ocupam para uma nova possibilidade de existência.

Referências

- Carneiro, Sueli. (2019). *Escritos de uma vida/Sueli Carneiro*. São Paulo: Pólen Livros.
- Carneiro, Sueli. (2023). *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Editora Schwarcz-Companhia de Letras.
- Carneiro, Sueli. (2023). *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58.
- Davis, Angela. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial.
- Da Rocha Teixeira, Eveny. (2023). *Trajetória de Vida de Lívia Duarte: representação política por uma mulher afro amazônida*. *Revista Científica Gênero na Amazônia*, v. 2, n. 24, p. 405-424.
- Gonzales, Lélia. (1984). *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. *Revista Ciências Sociais Hoje*, v. 2, n. 1, p. 223-244.
- Hooks, Bell. (2015). *Mulheres negras: moldando a teoria feminista*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 193-210.
- Marcondes, Mariana Mazzini. Pinheiro, Luana. Queiroz, Cristina. Querino, Ana Carolina. Valverde, Danielle. (orgs.). (2013). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: Ipea, Gráfs, tabs.
- Nascimento, Beatriz. (2019). *A mulher negra no mercado de trabalho. Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 259-263.
- Pinheiro, Tainara Lúcia; Rodrigues, Carmem Izabel. (2021). *Por acaso sou negra? Na Amazônia, em Belém, no encontro com outrem*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, v. 8, n. 1.
- Bispo dos Santos, Antonio. Rodrigues, Maria Sueli. Rufino, Luiz. Mumbuca, Ana. (2022). *Quatro cantos*. São Paulo: N - 1 Edições.
- Spyer, Tereza; Malheiros, Mariana; Ortiz, María Camila. (2019). *Julieta Paredes: mulheres indígenas, descolonização do feminismo e políticas do nomear*. *Revista Epistemologias do Sul*, v. 3, n. 2, p. 22-42.